

Sobre cultura histórica e usos do passado: a Independência do Brasil em questão¹

On culture and historical uses of the past: the Independence of Brazil in question

Rebeca Gontijo

Professora no Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (ICHS/UFRRJ – Seropédica-RJ/Brasil)
e-mail: rebeca.gontijo@gmail.com

Resumo

O artigo discute alguns tópicos desenvolvidos pelos autores de *A Independência e uma cultura de história no Brasil*, focalizando a problemática que envolve a cultura histórica e os múltiplos usos do passado na sociedade contemporânea.

Abstract

The article discusses some topics developed by the authors of *Independence and a culture of history in Brazil*, focusing on the issues surrounding the historical culture and the multiple uses of the past in contemporary society.

Palavras-chave

cultura histórica, passado prático, historiografia, historiadores

Keywords

historical culture, practical past, historiography, historians

1

Agradeço a leitura atenta e as sugestões de encaminhamento para esse texto feitas por Maria da Glória de Oliveira (UFRRJ) e Marcelo de Souza Magalhães (UNIRIO).

DOI - <http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320140803>

2

PIMENTA, João Paulo; ATTI, César Augusto; CASTRO, Sheila Virgínia; DIMAMBRO, Nadiesda; LAINNA, Beatriz Duarte; PUPO, Marina; VIEIRA, Luis Otávio. *A independência e uma cultura de história no Brasil*. Versão inédita apresentada durante o Fórum da revista *Almanack*, em maio de 2014, na UNIFESP.

3

Ibidem, p.1.

4

Ibidem, p.6.

5

Sobre cultura histórica, convém lembrar que o conceito tem sido pensado desde os anos 1980 e 1990 de forma sistemática por autores como Jörn Rüsen, Aleida e Jan Assmann, Bernard Guenée e Jacques Le Goff, em diálogo com estudiosos da relação entre história e memória coletiva, como Pierre Nora, Paul Ricoeur etc. De modo geral, parte-se da constatação de que a visão que uma dada sociedade tem de seu passado não é resultado exclusivo, nem mesmo predominante, da produção dos historiadores acadêmicos. As imagens, ideias, nomes e valores que compõem a visão do passado resultam de uma série de fatores que atuam em um processo dinâmico de discussão sobre a experiência passada e a construção de sentido. A cultura histórica abarca, portanto, os múltiplos enfoques e narrativas onde o que está em jogo não é o conhecimento erudito sobre a história, mas a autocompreensão da comunidade num dado presente e suas possibilidades de projeção no futuro. Ver: SÁNCHEZ MARCOS, Fernando. *Cultura histórica* [2009]. Disponível on-line em: http://www.culturahistorica.es/cultura_historica.html; RÜSEN, Jörn. *¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia*, 1994. Trad. de F. Sánchez e Ib Schumacher. Versão espanhola inédita do texto original em alemão publicado em FÜSSMANN, H. T. Grütter y RÜSEN, J. (eds.). *Historische Faszination. Geschichtskultur heute*. Keulen, Weimar y Wenen: Böhlau, 2009, p.3-26. Disponível em: http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf.

6

A referência citada é MATOS, Sérgio Campos. *Consciência histórica e nacionalismo: Portugal, séculos XIX e XX*. Lisboa: Horizonte, 2008.

7

PIMENTA, João Paulo et al. Op. Cit. p.4. Outra referência importante para a definição do conceito de cultura de história pelos autores é RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007. Os autores também deixam claro que a *cultura de história* não se confunde com a noção de costume conforme a definição E. P. Thompson; ou com a noção de tradição, proposta por Rüsen.

Admitindo que a história nunca foi monopólio dos historiadores, pois a mesma é objeto de disputa entre agentes sociais de formação e atuação variadas, João Paulo Pimenta e os outros seis autores do texto *A independência e uma cultura de história no Brasil* focalizam dois problemas convergentes: 1) o da possibilidade de extrair da relação entre profissionais da História (diga-se, historiadores acadêmicos) e não profissionais, uma caracterização mais ampla da sociedade onde ela ocorre; e, 2) o da determinação parcial do estudo acadêmico sobre um tema específico pela "alocação e manipulação" por parte de diversos agentes sociais. Portanto, a questão de fundo que atravessa todo o artigo diz respeito à relação entre os historiadores acadêmicos (ou a historiografia profissional) e a sociedade.²

A abordagem desses problemas dá-se a partir da observação do modo como um determinado tema – a Independência do Brasil – é compreendido por diferentes agentes: pessoas comuns, jornalistas que escrevem história ou romances históricos para grande público, diretores e produtores de filmes educativos, longas-metragem e programas televisivos, autores de livros didáticos e artigos publicados em revistas vendidas em bancas.

O objetivo é saber como os brasileiros se relacionam com sua história e, mais especificamente, com a história da Independência do país. Trata-se, na definição dos autores, de uma investigação sobre um fenômeno caracterizado como cultura de história: "um conjunto de atitudes e valores que se expressam em noções, concepções, representações, conceptualizações, interdições e outras posturas, de uma determinada sociedade em relação a um passado que pode ser considerado coletivo".³ Ou ainda:

[...]um sistema social dotado de forte estabilidade, mas não completamente inercial; pautado por alguns consensos a organizarem a maioria de seus dissensos; e submetido a uma dinâmica transformadora tendencialmente lenta, embora suscetível a alterações de monta a partir de fatos pontuais e aparentemente isolados, sendo capaz de englobar, também, as interdições e silêncios, bem como as práticas acadêmicas relacionadas à escrita da história.⁴

A opção dos autores pelo conceito de cultura de história e não cultura histórica pede alguns comentários. O conceito de cultura histórica procura dar conta da relação efetiva e afetiva que um grupo mantém com seu passado. Não se restringe à historiografia, pois pretende abarcar os múltiplos agentes envolvidos com sua elaboração, os meios pelos quais se difunde, as representações que legitima e, também, sua recepção. O estudo da cultura histórica engloba, portanto, as várias formas de elaboração da experiência histórica e sua articulação com a vida de uma comunidade, considerando que agentes sociais diversos contribuem nessa elaboração e muitas vezes concorrem entre si.⁵

Os autores defendem o argumento de que a cultura de história não se confunde com a consciência histórica, pois a engloba e expande. Acompanhando a definição de Sergio Campos Matos, argumentam que a consciência histórica é aquela que um grupo significativo de sujeitos em sociedade apresenta ao compartilhar um passado comum e que condiciona as formas de pensar o presente e projetar futuros coletivos.⁶

Já a noção de cultura de história englobaria, também, "os silêncios e as recusas desses sujeitos em relação ao passado, seja por meio de atitudes deliberadas ou não, resultantes ou não de vontades coletivas".⁷ Portanto, os autores procuram demarcar a diferença entre a cultura de história e a cultura histórica, destacando o afastamento da

8

RÜSEN, Jörn. ¿Qué es la cultura histórica? Op. Cit. p.6.

9

O conceito de cultura de história tal como apresentado pelos autores do texto em questão parece estar muito próximo da definição proposta por Jacques Le Goff, que por sua vez, parte das proposições de Bernard Guenée, para quem a cultura histórica corresponde à "bagagem profissional do historiador, a sua biblioteca de obras históricas, o público e a audiência dos historiadores". Ver: GUENÉE, Bernard. *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval*. Paris: Aubier-Montaigne, 1980. Le Goff amplia esta concepção ao acrescentar-lhe "a relação que uma sociedade, na sua psicologia coletiva, mantém com o passado". Essa compreensão aproxima-se daquilo que os anglo-saxões definem por *historical mindedness* (mentalidade histórica), embora reconheça que pensar a cultura histórica como unidade, supondo um "espírito do tempo" (inconsciente coletivo) ofereça certos riscos. Associando a cultura histórica à mentalidade coletiva, Le Goff propõe investigar a atitude dominante nas sociedades perante seu passado através da abordagem dos "sentimentos da opinião pública", baseando-se na crença de que na mentalidade coletiva, o passado se confunde com a história. Através de fontes que sirvam como "testemunho do gosto de algumas sociedades históricas pelo seu passado", ele espera poder abordar o modo como a opinião pública concebe o passado/história. E, para tanto, propõe três operações: compreender as diferentes concepções de tempo existentes na sociedade; observar a relação entre o oral e o escrito e analisar o vínculo entre história e mito. Ver LE GOFF, Jacques. História. In: _____. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1990, p. 47-48.

10

Paulo Knauss comentou esse estereótipo, argumentando que não existe sociedade sem memória e que, talvez, no Brasil, não haja uma prática hegemônica dominante acerca da memória. Além disso, lembrou que "nós somos um país continental, com características muito diversificadas, não só pelas suas origens étnicas, mas pelas características regionais, pelos processos sociais, que são muito diversificados. Vivemos em uma sociedade de muitas práticas de memória. E não necessariamente todas elas conduzem aos lugares de memória. As pessoas dizem 'Ah, é um país sem memória' porque os museus talvez não sejam tão importantes, porque não temos um Louvre ou monumentos tão bem tratados. Mas lembra-se muito". Ver: KNAUSS, Paulo. Combate pelo fato. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Entrevista com Paulo Knauss, por Rodrigo Elias. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, edição n. 73, 05/10/2011. Disponível on-line em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/combate-pelo-fato>

primeira em relação à consciência histórica, ao contrário da segunda, que dela se aproxima.

Cabe observar que, para Jörn Rüsen, de fato, entre a consciência histórica e a cultura histórica "há somente um pequeno passo". A consciência histórica é definida como "a articulação prática e operante da consciência histórica na vida de uma sociedade", que se manifesta por diversos meios e estratégias de memória histórica. E além de sintetizar conceitualmente fenômenos distintos como a historiografia acadêmica, a história ensinada nas escolas, os monumentos, os museus, a criação artística, etc., a cultura histórica inclui as predisposições conscientes e inconscientes da relação com o passado em um dado presente. Relação compreendida como eminentemente cultural e que se refere a uma maneira particular de abordar o tempo: aquela que resulta em algo denominado história, compreendida como conteúdo da experiência, produto da interpretação, medida de orientação e definidora de finalidade.⁸ Sendo assim, compreendo que embora a cultura histórica também englobe o inconsciente, os não ditos, na acepção de Rüsen, a distinção fundamental em relação à noção de cultura de história parece dizer respeito ao entendimento da temporalidade que as caracteriza: sujeita a variações, no primeiro caso; e presa à longa duração, no caso da segunda.⁹

Os autores do estudo em questão argumentam que o caso brasileiro apresenta subsídios que ajudariam a compreender a diferença de abrangência entre a noção de cultura histórica e a cultura de história.

Lembram que é frequente a observação, na nossa sociedade, de que os brasileiros são um "povo sem memória",¹⁰ configurando um jogo de identidades e alteridades que, ao mesmo tempo em que exalta os indivíduos que valorizam e compreendem o passado, acaba por incluí-los em uma coletividade a qual se acusa de estar enferma da "doença do esquecimento e da ignorância". Ou seja, a sociedade brasileira estaria dividida entre os que valorizam e compreendem a história e os que não tem memória. A aposta do texto é ir além do estereótipo do "povo sem memória", considerando que todas as atitudes e valores sociais, mesmo os negativos, em relação ao passado são fenômenos em si que devem ser problematizados, sendo impossível supor que haja sujeitos que ignorem ou desprezem o passado em termos absolutos.

Ao eleger a Independência do Brasil como uma espécie de mote para compreender a cultura de história na atualidade, os autores chamam atenção ao seu potencial heurístico para a compreensão dessa cultura. A justificativa para a escolha considera que, embora a "cultura de história brasileira" não se esgote no tema da Independência, com ela se confunde, uma vez que a mesma está presente nos processos de formação escolar básico, na mídia, nas artes, na política, na opinião e nos espaços públicos, no senso comum e na memória nacional.

Em outros termos, a história da Independência suscita disputas interpretativas e manifesta-se nas diversas representações e leituras do país ao longo do tempo, o que favorece a análise. O pressuposto é de que, de modo geral, as estruturas institucionais de tipo nacional (sistema de ensino, por exemplo) favorecem a unificação das formas de tratamento dos temas no interior de uma coletividade, ainda que seja possível admitir variações regionais. O desafio é apreender uma cultura de história a partir do tema escolhido e das relações que um conjunto de agentes sociais estabelece com o mesmo, por meio de narrativas diversas, algumas das quais marcadas pelo silêncio.

11

Lembro rapidamente que, ao longo do século XX, sobretudo na segunda metade, o acontecimento foi considerado como algo de menor importância devido a sua efemeridade. A história como ciência social, centrada nas noções de estrutura e processo, privilegiou as regularidades e o acontecimento foi relegado a uma posição subalterna, vinculada ao tempo curto, diante dos processos históricos de longa ou média duração. Além disso, a abordagem do acontecimento em várias épocas sempre procurou inseri-lo em uma ordem de explicações causais. Mais recentemente, o desinteresse crescente pelas explicações estruturais e abrangentes, deu lugar a novas abordagens do acontecimento, entre as quais aquela que focaliza a relação que uma sociedade mantém com ele, reconstruindo-o e significando-o. Considero essa reflexão sobre o retorno do acontecimento pertinente para o estudo da cultura histórica, sobretudo a cultura histórica escolar, na qual o acontecimento parece ter papel importante, não tanto naquilo que é ensinado, mas na forma como a história é apreendida. A esse respeito, ver DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento*. Trad. Constança Morel. São Paulo: Unesp, 2013, p.12.

12

Ibidem.

13

JOUTARD, Phillipe, cit. por DOSSE, François. Op. Cit., p.10.

14

ALEXANDER, Didier, cit. por DOSSE, François. Op. Cit., p.8. Referindo-se a Maio de 1968, Michel de Certeau argumentou que "um acontecimento não é o que é possível ver ou saber dele, mas aquilo que ele se tornará (e sobretudo para nós)". Ver CERTEAU, Michel cit. por DOSSE, François. Op. Cit. p. 179. E a narrativa serve como mediação entre o acontecimento como evento singular (ou o processo histórico, pode-se dizer) e a história pensada como totalidade abrangente e inteligível. Daí a importância de compreender como os indivíduos narram e, ao narrar, usam o tempo na construção da narrativa. A esse respeito, ver: RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* – v. 1: A intriga e a narrativa histórica. Trad. Claudia Berliner. Introdução: Helio Salles Gentil. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2010.

15

Complementando, o estudo sobre a cultura histórica engloba tanto o "passado histórico" como o "passado prático", utilizando os termos propostos OAKESHOTT, Michael. *Sobre a história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

Um aspecto que chama atenção na análise é, justamente, o fato de que o tema escolhido consiste em um acontecimento histórico.¹¹ Como observou François Dosse, "o acontecimento não é um simples dado que basta coletar e comprovar sua realidade, é uma construção que remete ao conjunto do universo social como matriz de constituição simbólica de sentido".¹² Sendo assim, é possível concordar com a ideia de que "todo acontecimento é, de certo modo, uma construção da memória coletiva",¹³ que adquire sentido e significado na medida em que se reflete no presente de um sujeito e é por ele, de algum modo, compreendido ou significado.¹⁴

No caso do estudo aqui comentado, trata-se de refletir sobre o que a Independência do Brasil, como acontecimento ou processo, se tornou ao longo do tempo, quais os seus usos numa dada sociedade em determinados momentos e os meios nos quais esse tema tem ou teve lugar.

Portanto, não obstante o foco na Independência do Brasil como um tema e não como um acontecimento passível de ressignificações ao longo do tempo, o texto oferece a possibilidade de averiguar as múltiplas possibilidades de entendimento e atribuição de sentidos ao mesmo, compreendido aqui como algo que vai além da curta duração, porque preso às contingências do processo histórico que o tornou possível e, também, à longa duração dos processos memoriais que o recordam. Sentidos que, conforme os autores do texto em questão demonstram, são expressos por meio de diversas narrativas, mas que apresentam uma visão estável, pouco dinâmica, reafirmando interpretações consolidadas.

É nesse sentido que proponho dialogar com os autores de *A independência e uma cultura de história no Brasil*, considerando que, pensar a relação que os indivíduos entrevistados mantêm com a história em geral e com a Independência, em particular, significa compreender não tanto o que aconteceu – muito menos esperar que os agentes analisados o compreendam tal qual os historiadores acadêmicos –, mas apreender os significados possíveis de uma experiência histórica do passado nos dias atuais, para os agentes no presente.¹⁵ Em outras palavras, refletir sobre o significado de um acontecimento histórico na vida presente, possível por meio de diversos modos de lembrança e de atribuição de sentido. O exercício empreendido pelos autores descreve vários desses modos de lembrar um mesmo acontecimento, que tecem a cultura de história.

Com relação à metodologia, os autores observam que a sondagem de opinião das pessoas nas ruas de São Paulo merece tratamento diferenciado, não podendo ser considerada como elemento capaz de agir sobre a realidade, ao contrário das demais fontes. As opiniões das pessoas comuns equivaleriam a "traduções indiretas e matizadas" da história. Quanto às demais fontes, são consideradas como "sintomas" de um estado de espírito que expressam uma compreensão do assunto e, ao mesmo tempo, são "instrumentos" capazes de reconfigurar a realidade e formar opinião acerca da Independência do país. Mas todas são compreendidas como indícios de uma cultura de história e são protagonistas dessa mesma cultura.

Cinco perguntas básicas foram feitas às fontes, a saber: 1) o tratamento do tema tende ao factual e/ou biográfico ou a uma história processual? 2) as narrativas respeitam as historicidades ou ordenamentos cronológicos e temporais ou dão pouca importância a tais elementos e, sendo assim, de que modo o fazem? 3) o tratamento do tema considera uma única região, e qual, ou várias? 4) dialoga com a produção acadêmica, ou busca outros referenciais não especializados? 5) possui ênfase anedótica, laudatória, sóbria, positiva ou negativa?

O sistema escolar é considerado pelos autores como a principal fonte de irradiação das interpretações e atitudes do brasileiro perante a história em geral e à Independência do país, em particular. E, ao abordar a escola, a opção foi concentrar o foco em apenas um de seus elementos: o livro didático. Trata-se de um material privilegiado, que apresenta conteúdos de acordo com vários parâmetros. Conta com a colaboração de historiadores profissionais, que atuam como autores ou consultores e fornecem as interpretações a partir das quais o livro didático pode ser elaborado. Mas, também contam com editores, revisores, especialistas em iconografia, diagramadores e *designers* gráficos. São consumidos por educadores e alunos e podem chegar às suas famílias e ao público em geral. Tendem a permanecer por algum tempo em circulação e são condicionados por exigências diversas. É o segundo suporte de leitura mais lido do Brasil e sua produção é o negócio mais lucrativo para a indústria editorial, cujo principal comprador é o Estado.

Constatou-se que a maioria dos livros didáticos de História do ensino médio abre possibilidades de construção de um conhecimento acerca da Independência multifacetado, crítico e criterioso, revelando diálogo entre saberes acadêmicos e escolares. Há ênfase nos processos, em detrimento dos acontecimentos e personagens, o que é indicio de sintonia com a historiografia mais atual. Contudo, os personagens também estão presentes e suas trajetórias são marcadas por episódios anedóticos, o que é compreendido como uma concessão dos autores ao mercado, ao gosto do leitor.

A avaliação dos livros didáticos ocorre em função de sua aproximação maior ou menor com os estudos acadêmicos, o que se evidencia pela maior capacidade de apresentar ao leitor uma pluralidade de interpretações acerca do tema em questão. Contudo, conclui-se que essa apresentação é algo, sobretudo, formal, um problema de estilo. Uma espécie de padrão do livro didático e não tanto um exercício de expor as interpretações capaz de favorecer a compreensão crítica da história.

A questão de saber quando o Brasil tornou-se independente está presente nessas narrativas didáticas e, segundo os autores, todas as respostas oferecidas parecem equivaler-se, pois dependem da posição política e/ou do momento histórico daquele que responde. Outro aspecto que lhes chama a atenção é a relação tecida entre a Independência e a Inconfidência, prevalecendo uma chave de leitura que busca antecedentes para o processo de separação do Brasil de Portugal e, também, para a república. Por fim, observa-se a presença da ideia de que não ocorrera uma independência de fato, opinião também presente na resposta à enquete realizada nas ruas. Ou seja, a opinião pública consultada articula o tema da Independência do Brasil no passado à situação do país no presente, geralmente evocando aspectos econômicos e políticos. A experiência passada fornece exemplos que servem a uma narrativa historicamente fundamentada, ainda que sujeita a anacronismos.

Ao fim, os autores concluem que a história contada nos livros didáticos analisados é "uma história mais processual do que episódica ou personalista; uma história permeada de explicações acadêmicas; ao mesmo tempo, uma história com limitações em termos de divergências, relativizações e possibilidades em aberto, condicionada a suportes materiais repletos de convenções, a tornarem-se muito parecidos entre si".¹⁶

Os autores chamam atenção para as descontinuidades nos livros didáticos que, supostamente, dificultam a compreensão dos processos históricos e da historicidade dos fenômenos. Ou seja, observa-se um problema

17

Ver LEE, Peter. Em direção a um conceito de literacia histórica. *Educar*, Curitiba, Especial Dossiê Educação Histórica, 2006, p. 131-150. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/issue/view/251>

18

A esse respeito, ver RICOEUR, Paul. Op. Cit. p.212; e WHITE, Hayden. El valor de la narrativa en la representación de la realidad. In: _____. *El contenido de la forma*. Narrativa, discurso y representación histórica. Trad. Jorge Vigil Rubio. 1a. ed. americana 1987. Barcelona: Paidós, 1992, p.17-39. Para Ricoeur, o ato de tecer a intriga presente na historiografia combina duas dimensões temporais: uma cronológica e outra não cronológica. A operação de síntese do heterogêneo é constitutiva da noção de coerência narrativa e refere-se "à coordenação seja entre acontecimentos múltiplos, seja entre causas, intenções e também acasos, numa mesma unidade de sentido". Além disso, a forma de compreender e narrar tem relação com um modo particular de conceber a "realidade" histórica. Ver RICOEUR, Paul. Op. Cit. p.313.

19

PIMENTA, João Paulo et al. Op. Cit. p.37.

20

Ibidem, p.41-42.

na construção da síntese didática, considerada fragmentada e incapaz de construir sentido. Seria importante aprofundar a reflexão sobre a narrativa e a síntese histórica e, em particular, sobre a síntese didática no ensino da história.¹⁷ A síntese consiste, justamente, na operação que reúne elementos díspares e os relaciona em um todo coerente. Designa também o todo que resulta dessa operação.¹⁸ É por meio de operações sintéticas que a construção de um sentido explicativo se torna possível, sendo que o referencial temporal parece ausente ou atenuado tanto nas respostas à enquete quanto nas explicações oferecidas pelos livros didáticos, como observam os autores.

A análise de um conjunto de 107 vídeos disponíveis na Internet, incluindo produções educativas, documentários e programas de TV com debates, identifica, como características comuns, o objetivo formativo e o esforço de transposição de conteúdos acadêmicos em linguagem didática. Há uma ênfase na história processual, na informação amparada em datas e no deslocamento dos eixos espaciais de observação (do regional ao internacional). Mas, além disso, os autores também observaram a presença de componentes anedóticos no tratamento do tema Independência.

Um aspecto chama atenção: tanto os livros didáticos como os diversos vídeos, que buscam apoio na historiografia acadêmica, apresentam, segundo os autores, uma série de convenções formais, com destaque para o uso de uma multiplicidade de vozes sobre o tema. Contudo, esse procedimento supostamente não permitiria observar a pluralidade de pensamentos sobre a Independência, em parte devido à natureza curta, sintética e acelerada desses materiais didáticos, videográficos e televisivos. Embora muitos desses materiais recorram à historiografia acadêmica ou ao historiador profissional, o que se observa é uma "incapacidade de assimilação recíproca de ideias acerca da história entre agentes sociais diversos".¹⁹ Além disso, os autores também observam que alguns dados importantes acerca de como os brasileiros veem a Independência podem ser extraídos menos daquilo que é respondido pelos questionamentos, do que por aquilo que é perguntado nas entrevistas, bastante utilizadas nos documentários e programas televisivos. A ideia que prevalece em muitos deles é a de que o brasileiro não conhece e não se interessa pela história, acompanhada pela crença de que essa visão pode ser revertida pelo simples conhecimento formal de nomes, datas e eventos. Os autores concluem que os discursos sobre a Independência, ainda que mobilizem referências cronológicas e nominais, não necessariamente conduzem a uma historicização do tema.

Uma ideia comumente observada é a da "não independência de fato", em voga entre historiadores por muito tempo e que repercute no senso comum e ainda tem prestígio entre alguns acadêmicos, "que bebem-na da sociedade e, após modificá-la parcialmente, devolvem-na aos espaços de divulgação". Um exemplo desse processo de "devolução" (sociedade – historiadores acadêmicos – sociedade), segundo os autores, é a persistência da visão de que as Cortes de Lisboa queriam "recolonizar" o Brasil e de que a Independência foi uma luta entre brasileiros e portugueses. Além disso, observa-se que essa versão da história pode transpor fronteiras temporais e atualizar-se em contextos distintos, sendo mobilizada por "um partido de trotskistas e na pregação nacionalista-direitista de um polêmico professor de história".²⁰

Quanto às versões construídas pelo cinema, destaco a constatação de que essas narrativas criam a "sensação de homogeneidade de significados", reforçada pela adesão dos conteúdos a uma trama (uma intriga) central,

21

Ibidem, p.44-47.

22

Esse destaque dado ao anedótico e ao biográfico é associado pelos autores ao que pode ser definido como "sociedade do espetáculo" (Guy Debord) ou "indústria cultural" (Adorno e Horkheimer), caracterizada pela "saliência do indivíduo e esvaziamento da esfera pública". Cf. PIMENTA, João Paulo et al. Op. Cit. p.44, nota 104.

23

Chamo atenção para a recorrência, nas obras analisadas por Pimenta et al, de interpretações "tradicionais", como a ideia de que a nação brasileira foi preparando a Independência, de que as Cortes de Lisboa queriam recolonizar o Brasil e de que a Independência resultou de uma luta maniqueísta entre brasileiros e portugueses. Os autores do estudo indicam que tais obras mesmo quando amparadas em estudos acadêmicos, não os submetem a críticas e não evitam erros factuais e anacronismos, pois interpretações acadêmicas e não acadêmicas servem muito mais para corroborar a interpretação de seus autores, reeditando leituras convencionais. Sobre essa produção, ver MALERBA, Jurandir. *Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a história: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 15, ago./2014, p.27-50.

24

Refiro-me ao livro *Guia politicamente incorreto de história do Brasil* (2011), de Leandro Narloch. O estudo de Pimenta et al não explora a questão do leitor implícito nas obras analisadas, o que poderia permitir alguns desdobramentos relevantes para a atual discussão sobre a história pública. A esse respeito, ver: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de e ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011; e MALERBA, Jurandir. *Acadêmicos na berlinda*. Op. Cit. p.27-50.

25

Cabe lembrar que ao menos no caso da *Revista de História da Biblioteca Nacional*, cujo foco é a história do Brasil, os textos publicados são produzidos por historiadores acadêmicos, sob o crivo dos editores que procuram adaptar a linguagem ao estilo mais coloquial, buscando tornar mais fácil a compreensão. Contudo, é difícil supor que o público leitor dessa revista seja composto eminentemente por leigos. A revista parece ser dirigida, sobretudo, para graduandos em história e professores da educação básica, que nela encontram textos de síntese da historiografia mais atual. Trata-se de uma produção dedicada à divulgação científica na área de história.

26

Um dos indícios que parece justificar essa conclusão é o fato de que algumas produções analisadas remetem a interpretações sobre a história do Brasil produzidas há muito tempo, tais como *As malquices do imperador* (1927) e *A Marquesa de Santos* (1925), ambas de Paulo Setúbal, que tem muito prestígio entre atuais autores de *best sellers*. PIMENTA, João Paulo et al. Op. Cit. p.49.

27

Ibidem, p. 64.

ainda que esse tipo de produção apresente uma liberdade de criação que os autores do estudo não encontram em outros materiais, e que os conteúdos tendam a ser tratados de forma mais superficial, quando comparados ao tratamento dado nos livros didáticos e na historiografia em geral. Para os autores, isso pode ser explicado, ao menos em parte, pela "linguagem visual de forte apelo emotivo", que dispensa detalhes informativos presentes nos livros, por exemplo. Isso não impede que os filmes reafirmem interpretações consolidadas sobre a Independência. A conclusão é a de que o cinema, consumido por 58% dos entrevistados durante a sondagem de opinião, embora seja o suporte mais criativo, é também o mais pobre, considerando a capacidade de oferecer conhecimentos inovadores sobre a Independência do Brasil.²¹ Importa destacar que, em várias fontes analisadas, observa-se a presença do anedótico e do biográfico, reforçando as ações individuais no curso da história.²²

Outro conjunto de fontes é composto por literatura de grande apelo comercial com grandes tiragens. No caso dos livros, os autores chamam atenção para o destaque dado a personagens, heróis e anti-heróis. Ainda que reconheçam que a história não é feita apenas por esses indivíduos, vigora a ideia de que a história feita por eles é a mais interessante, aquela que desperta maior interesse entre os leitores. Isso explica a recorrência do anedótico e do biográfico observado nessas fontes, como em outras já lembradas. Interessante notar, como fazem os autores, que a narrativa utiliza o argumento de que uma "história verdadeira" pode ser revelada por meio do anedótico. E, entre as estratégias de legitimação dessas narrativas, observa-se o esforço para demonstrar isenção e objetividade, por vezes recorrendo a estudos acadêmicos, ainda que não haja preocupação crítica com relação às fontes; e o argumento de que se trata de uma "história verdadeira" por oposição à "história tradicional" ou "oficial", revelando superioridade ao atingir um público maior.²³ Cabe ainda observar que, ao menos uma das obras analisadas evidencia a visão do leitor como alguém que não está habituado nem disposto a decifrar a linguagem acadêmica e seu livro cumpriria, justamente, o papel de atingir esse tipo de público.²⁴

Por fim, o último conjunto de fontes consiste nos artigos publicados em magazines vendidas em bancas de jornais. Produção que os autores consideram mais inovadora e dissonante das demais, considerando as representações acerca da Independência do Brasil. Destaca-se o teor revisionista no esforço de dialogar com a produção acadêmica e, ao mesmo tempo, atingir público mais amplo. A questão de saber qual é o grau de autonomia dos textos publicados em magazines, em relação ao universo de referências socialmente compartilhadas sobre a história, é colocada, restando por responder qual é o peso dessa produção na cultura de história e seu potencial para modificá-la.²⁵

A conclusão dos autores coloca alguns desafios que convém aqui recuperar. O primeiro diz respeito à constatação de que a maioria das fontes analisadas recria conteúdos convencionais, isto é, pouco ou nada inovadores em relação ao que pode ser identificado em contextos anteriores, fazendo prevalecer interpretações conservadoras sobre o assunto, referenciadas em estudos não afinados com a produção acadêmica atual.²⁶

Um conjunto de elementos reiterativos é identificado pela investigação e os mesmos são "parcialmente reconfigurados em função de demandas sociais e mercadológicas típicas do nosso tempo".²⁷ Tais elementos são dados a ler e a ver por meio de distintos suportes que contribuem, em dife-

28

A certa altura do texto, os autores indagam: "Não parece incrível, por exemplo, que após tudo o que a historiografia acadêmica produziu acerca da Independência do Brasil, tanta gente ainda a trate como um conflito maniqueísta de interesses nacionais entre brasileiros e portugueses, ou como um processo de simples acomodação de interesses elitistas em prol da manutenção da ordem, ou, finalmente, como uma miríade de vontades individuais a moverem a história? Estas não são 'verdades' apenas dos não especialistas em história: também muitos profissionais da matéria ainda parecem dispostos a sustentá-las". PIMENTA, João Paulo et al, Op. Cit. p. 65. O problema da mudança interpretativa na historiografia coloca alguns desafios. A esse respeito ver, por exemplo: SPIEGEL, Gabrielle M. *Revising the past / revisiting the present: how change happens in historiography. History and Theory*, theme issue 46, dez/ 2007.

29

Ao apontar a importância de investigar a história da historiografia da Independência não me refiro especificamente à produção acadêmica ou mesmo àquela difundida por homens de letras ao longo do século XIX e início do XX. Um mapeamento da historiografia *stricto sensu* já vem sendo feito pelos especialistas no tema. Refiro-me às outras produções que contribuíram para consolidar representações sobre o assunto ao longo do tempo, incluindo manuais escolares, obras de arte etc. produzidas em diversas épocas. Sobre a historiografia da Independência, há importantes balanços: COSTA, Wilma Peres. A independência na historiografia brasileira. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec / Fapesp, 2005, p.53-118; MALERBA, Jurandir. Esboço crítico da recente historiografia sobre a Independência do Brasil (c. 1980-2002). In: _____ (org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p.809-827; PIMENTA, João Paulo. *A independência do Brasil*. Um balanço da produção historiográfica recente. In: CHUST, Manuel e SERRANO, José Antonio (eds.). *Debates sobre las independencias iberoamericanas*. Madrid/ Frankfurt: Iberoamericana, 2007, p.147-158.

rentes medidas, para reforçar atitudes e valores perante a história, entre os quais se observam recusas e interdições.

Outra conclusão importante é a de que a Independência do Brasil enquanto evento histórico tem sido, ao menos em parte, submetida a uma "lógica de desmonte e detração". Ou seja, os autores consideram que prevalece a depreciação do processo histórico brasileiro no que diz respeito a esse evento específico.

E, com relação ao historiador acadêmico, observam que ele atua de modo autônomo em relação à produção analisada, ainda que faça escolhas pessoais, norteadas por "diagnósticos, necessidades e idiosincrasias acadêmicas". Contudo, carregam consigo o peso da formação escolar e social mais ampla, em consonância com uma cultura de história que o envolve desde cedo. Em outros termos, pensam de acordo com tradições que não se restringem ao mundo acadêmico e atuam em uma sociedade sujeita a demandas e determinações mercadológicas e, por que não dizer, políticas. Os autores acreditam que essa conclusão ajuda a explicar porque os profissionais da história demoram a rever determinadas interpretações, porque reproduzem facilmente as interpretações ou "verdades" anteriormente estabelecidas e porque são cada vez mais treinados desde o início de sua formação acadêmica a rejeitarem o exercício de crítica, assim como o diálogo transversal e o trabalho coletivo.²⁸

Tais conclusões suscitam uma série de dúvidas e sugerem vários desdobramentos para a reflexão. Contudo, focalizarei apenas um aspecto, buscando não tanto concluir, mas dar continuidade ao diálogo: o papel do historiador profissional no mundo contemporâneo diante das conclusões colocadas pela investigação aqui comentada.

Em primeiro lugar, os autores argumentam que muitos historiadores acadêmicos já caminham na direção de atender demandas que ultrapassam as do meio acadêmico. Em segundo, esse esforço exige uma capacidade de atuação em sistemas diversos: educacionais, editoriais, midiáticos, que sofram a pressão do mercado e exigem o manejo de ferramentas específicas. Em terceiro, o diálogo do historiador especialista com a sociedade impõe vários problemas, entre os quais saber "para quê divulgar conhecimento histórico em uma sociedade que já possui numerosas formas de pensar e de repensar história?".

Considerando o que foi dito, seria interessante averiguar até que ponto o circuito de interpretações tem início na sociedade e a ela retorna, após passar pelo crivo dos historiadores acadêmicos. Talvez uma história da historiografia da Independência capaz de situar distintas versões em seus respectivos contextos de produção possa contribuir para uma arqueologia do saber sobre esse tema e sua recepção ao longo do tempo. Quais as interpretações consolidadas no Império e no início da República, por exemplo?²⁹ A versão em circulação na sociedade hoje e que repercute sobre parte dos historiadores profissionais não seria ela mesma a repercussão de interpretações historiográficas consolidadas em outra época? Fica a pergunta. Além disso, investigar como um tema específico se relaciona a outros e contribui para o estabelecimento de chaves de leitura sobre o país, seu povo e sua história pode ser um caminho profícuo.

Importante assinalar, como fazem os autores, que a cultura de história é um campo em disputas, mas isso não impede que uma representação sobre a Independência prevaleça sobre as demais. Essas interpretações estão sujeitas a múltiplos usos pois, na visão dos autores, atendem a deman-

das mercadológicas. Caberia acrescentar, contudo, que essas interpretações também atendem a demandas políticas, considerando que as concepções de história em geral e do Brasil, em particular, coadunam-se com projetos de nação e de sociedade, assim como articulam-se às concepções de cidadania e democracia elaborados ao longo do tempo.

Talvez seja possível dizer, como propõe Rüsen, que a consciência histórica e, por conseguinte, a cultura histórica, tem a capacidade de configurar sentidos de modo a atender a três dimensões: a estética, a política e a cognitiva. Em cada uma delas, a memória histórica utiliza procedimentos, fatores e funções diferentes. A articulação entre essas três dimensões é o que, supostamente, permite delinear um perfil para a cultura histórica³⁰ ou, como preferem os autores, para a cultura de história.

O texto *A Independência e uma cultura de história no Brasil* apresenta muitos elementos para pensar essas três dimensões, mas não as explora de forma direta. Apesar disso, nos coloca diante da questão sobre o papel do historiador acadêmico no mundo atual o que, em outros termos, significa pensar como a historiografia profissional se relaciona com o passado e com o presente. Sobretudo, evidencia a relação que diferentes agentes constroem com o passado e a história.

No caso das fontes analisadas, é possível considerar a distinção entre aquilo que Michael Oakeshott definiu como "passado histórico" e "passado prático". O primeiro, consiste no objeto privilegiado pela historiografia científica, que busca a compreensão daquilo que aconteceu, prevalecendo a ideia de que autenticidade do passado seria garantida por meio da investigação e tratamento crítico das evidências. Já o "passado prático", pode ser definido como aquele que é manipulado por leigos e também por profissionais de outras disciplinas, visando a realização de objetivos vitais no presente. O passado é buscado como um espaço de experiências que pode fornecer lições ou a base para julgamentos e decisões cotidianas. Esse espaço de experiências é composto pelas memórias, fragmentos de informação dispersa, exemplos de atitudes e valores que o indivíduo ou o grupo evocam com a finalidade de justificar ações ou orientar projetos.³¹

O argumento apresentado aqui, após a leitura do estudo em questão, é o de que os agentes mobilizados em torno do "passado prático" também podem recorrer aos inúmeros materiais utilizados pelos historiadores profissionais, bem como à própria historiografia acadêmica visando obter justificativas para fins diversos no presente. Ao final, perguntam os autores: "Como e para quê divulgar conhecimento histórico em uma sociedade que já possui numerosas formas de pensar e de representar a história?"³² Ao concluir com essa pergunta, os autores manifestam uma inquietação e, por que não dizer, certo ressentimento, diante da constatação de que existem outros agentes e narrativas que buscam dar sentido à experiência histórica, retirando do historiador acadêmico e do produto do seu fazer qualquer prerrogativa de um discurso hegemônico sobre o passado. Haveria uma relação conflituosa entre o conhecimento do passado histórico, como aquele que realiza a crítica da memória e da tradição, segundo o pressuposto historicista; e os saberes constituídos por diversos agentes a respeito do passado prático. Ou, entre uma concepção que pressupõe a capacidade do historiador para arbitrar acerca das múltiplas versões, com base em "verdades científicas"; e uma compreensão que nega essa possibilidade de arbítrio ao historiador, acreditando que:

30

RÜSEN, Jörn. ¿Qué es la cultura histórica? Op. Cit. p.13.

31

Ver OAKESHOTT, Michael. Op. Cit. Ver também WHITE, Hayden. The Practical Past. *Historien*, v. 10, 2010, p.10-19.

32

PIMENTA, João Paulo et al. Op. Cit. p.66.

33

WHITE, Hayden. *Meta-história. A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1995, p. 294.

34

Para aprofundar essa reflexão: RÜSEN, Jörn. *Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã*. Petrópolis: Vozes, 2014; MEGILL, Allan. Jörn Rüsen's theory of historiography. *History and Theory*, v.33, n.1, 1994, p.51-64; LORENZ, Chris. *Historical knowledge and historical reality: a plea for internal realism*. *History and Theory*, v.33, n.3, 1994, p.297-327; LEE, Peter. Op. Cit., p.131-150.

[...] há diversas maneiras possíveis de compreender os fenômenos históricos porque há diversas maneiras, igualmente plausíveis, de organizar o mundo social que nós criamos e que nos fornece uma das bases de nossa experiência da própria história.³³

A resposta à pergunta acerca de "como e para quê divulgar o conhecimento histórico acadêmico" sinaliza, acima de tudo, para a necessidade de se levar em conta as divergências acerca do que é história e de quais são os papéis e lugares possíveis de atuação do historiador no espaço público, lembrando que diversos interesses podem dirigir nossa compreensão da história e, por conseguinte, produzir orientação no tempo.³⁴

Recebido para publicação em outubro de 2014
Aprovado em outubro de 2014